

A democracia antes do liberalismo

OBER, J. *Demopolis*. Democracy before liberalism in theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

<https://orcid.org/0000-0001-8940-1545> – E-mail: felipesahd@yahoo.com.br

Demopolis é um livro sobre mal-entendidos. O principal objetivo de Josiah Ober é esclarecer a distinção entre a democracia como sistema político e liberalismo como uma orientação política distinta e separável. Trata-se de um livro surpreendente, desafiador e altamente estimulante. O autor é especialista em história antiga e teoria política, mas também possui experiência em diversos outros campos: história econômica (institucional), economia (principalmente comportamental), filosofia política e moral moderna. Isso o torna legível e interessante para diversas disciplinas. Metodologicamente, a abordagem é “ao mesmo tempo avaliativa, explicativa e histórica” (p. 11). Magistralmente eclético, combina teoria política normativa, teoria política positiva e raciocínio histórico.

No prefácio (*Democracy before Liberalism*) e capítulo 3 do livro, há um experimento mental sobre a ordem social. É ambientado em “Demopolis” e o seu conceito central é a “democracia básica”, democracia anterior ao liberalismo clássico e os seus valores, mas de forma alguma contra o liberalismo. “Imagine um país seguro, próspero e governado por seus cidadãos. Eles discordam de muitas coisas, algumas delas muito profundas e importantes. Mas eles concordam com o alto valor do autogoverno coletivo e estão dispostos a pagar os custos de tê-lo. As pessoas deste país vivem com liberdade de expressão e associação, igualdade política e dignidade cívica” (p. xiii). Josiah Ober está confiante de que essa construção mental lhe permite articular “um tipo de florescimento humano reconhecível e potencialmente alcançável” (p. xiv), reorientando a atenção ao valor intrínseco da participação no autogoverno coletivo e da rejeição da autocracia.

No capítulo 2, Ober quer provar que a democracia básica “antes do liberalismo” já existiu: Atenas no rescaldo da revolução de 508 A.C. Aqui, o autor está em terreno firme e resume a experiência que foi amplamente demonstrada em seus trabalhos anteriores (OBER, 1998; 2015). Lá, todos os residentes do sexo masculino (e prospectivamente os seus descendentes do sexo masculino) tornaram-se cidadãos participativos na assembleia legislativa, independentemente

das qualificações de propriedade ou rendimento, e por sorteio no conselho de cidadãos que conduzia grande parte dos negócios normais do governo. Isto culmina numa “definição grega madura (filodemocrática) de democracia: autogovernança coletiva por um corpo socialmente diversificado de cidadãos, limitado por leis constitucionais que também foram estabelecidas pelos cidadãos” (p. 32).

No capítulo 3, o autor abstrai-se da história – e, no caso de Atenas, de circunstâncias contingentes e não substanciais, como a escravatura, o direito de voto masculino e o ostracismo – e a experiência de pensamento deve permitir a postulação de um sistema de democracia básica num contexto da modernidade, mesmo para o século XXI. Uma população numerosa, social e economicamente diversa e em valores, embora não tão profundamente dividida a ponto de se envolver em guerras religiosas ou étnicas, pretende garantir os benefícios da cooperação sem mestre, e isto em grande escala. Os Pais Fundadores (*Founding Fathers*) concordam com os fins ou objetivos da sua comunidade: segurança, prosperidade e, claro, não tirania, princípio fundamental. Eles também concordam com algumas ideias sobre o futuro: os seus descendentes também devem ter a capacidade de serem criadores e aplicadores de regras, e embora a questão de quem são e serão cidadãos capacitados e constituem o *demos* seja determinada por normas culturais locais, há uma norma inclusiva básica à cidadania, sobretudo por razões de segurança.

Além disso, os Pais Fundadores aceitam três regras primárias e fundamentais: participação, legislação e entrincheiramento. A primeira é que todos participem, homens e mulheres, na tarefa de moldar e manter o bem público da não tirania: eles também pagam impostos e estão preparados para renunciar a tempo para ocupar cargos públicos. Isto requer acesso a uma educação básica, para que os cidadãos possam obter informações e fazer escolhas nos cargos relevantes como eleitor, jurado ou funcionário do Estado. A segunda regra primária específica o procedimento básico para a elaboração de regras: algumas devem ser consensuais, outras devem ser capazes de acomodar divergências, o que é uma consequência necessária do pluralismo de valores prevalecente e da competição entre projetos individuais ou de grupo sob restrições de recursos. A legislação não é, portanto, apenas um processo não tirânico que exige liberdade (não liberal) de investigação, expressão e associação, mas visa a eficiência e escolhas responsáveis. A terceira regra é o entrincheiramento, que limita a capacidade coletiva dos cidadãos de criar regras subsequentes que ameaçariam os três objetivos da prosperidade, segurança e não-tirania, ou as condições que tornam esses objetivos alcançáveis, nomeadamente a liberdade, a igualdade política e a dignidade cívica.

O Capítulo 4 apresenta a Demopolis legítima: como poderia ser justificada para os futuros cidadãos, e como poderia contrariar o formidável desafio de Hobbes, que afirmou que o autogoverno coletivo não pode ser ao mesmo tempo eficaz e limitado, porque os seres humanos são motivados (quase exclusivamente) pelo interesse próprio racional e pelo amor às honras. A democracia é necessariamente instável, e uma sociedade potencialmente perturbadora necessita imperativamente de um terceiro governante/executor absoluto, fora de todas as restrições formais, na forma de um Leviatã. Contra isto, Ober argumenta plausivelmente que se pode realisticamente esperar que a democracia básica produza níveis competitivos de segurança e prosperidade, bem como os valores dos bens democráticos, intrínsecos à participação, que excedem os custos de oportunidade. Ao mesmo tempo, sublinha a necessidade de Demopolis por educação cívica, destinada a produzir cidadãos com uma identidade social distinta e abraçando um conjunto diverso de valores democráticos. Não é ideológico (no sentido negativo de doutrinação), mas baseado e apoiado em descobertas das ciências naturais e sociais, mas explicitamente não comprometido com uma concepção única e unitária do bem hu-

mano. E, ilustrando perfeitamente a tese de que é relativamente inútil falar de democracia apenas de forma descritiva enquanto estamos sempre envolvidos nela, normativamente ou mesmo performativamente, ele afirma: “Este livro pode, em suma, ser imaginado como uma sinopse de a educação cívica justificativa oferecida a cada geração dos futuros cidadãos de Demopolis” (p. 75).

Nos capítulos 5 e 6, Ober argumenta que os seres humanos são sociais, (razoavelmente) racionais e comunicativos, e o livre exercício destas capacidades é um bem intrínseco plenamente realizado apenas numa democracia e, pela mesma razão, é reforçado pela democracia. A democracia é, portanto, genuinamente inclusiva; o movimento só vai numa direção, com uma catraca (p. 46), e privar os cidadãos ou reter arbitrariamente o direito de voto é tirânico. Aqui, os atenienses são particularmente culpados, mesmo dentro da perspectiva da sua própria cultura, e o seu grande mestre, Aristóteles, foi “dolorosamente inadequado” e as suas tentativas de excluir mulheres e escravos não resultaram num “argumento filosófico elaborado” (p. 96).

Outra descoberta destacada por Ober, mencionada ao longo de todo o livro, mas em particular no capítulo 6, é a dignidade cívica. A dignidade cívica significa ser aceite como plenamente digno de participação política e é uma condição fundamental da democracia, entendida como um equilíbrio social de indivíduos interdependentes com interesses diferentes e potencialmente concorrentes num ambiente mutável. Há simultaneamente uma dimensão horizontal e vertical na dignidade: devemos tratar-nos uns aos outros com dignidade e devemos ser tratados com dignidade pelos funcionários públicos. A dignidade é violada pela humilhação – quando um funcionário público poderoso ou um indivíduo privado poderoso trata um cidadão como um inferior – ou pela infantilização – uma relação de poder-conhecimento que presume que os cidadãos são incapazes, como uma criança. Os cidadãos devem ser adultos responsáveis e tratados em conformidade; isso inclui a oportunidade de fazer escolhas importantes e até mesmo arriscadas. Pelo imperativo democrático de garantir a dignidade de cada cidadão, Demopolis, com a sua democracia básica, procura e encontra o meio-termo, igualmente contra os libertários de direita que maximizam a liberdade pessoal à custa da dignidade das outras pessoas e privam as pessoas mais fracas, e de esquerda igualitaristas que pretendem eliminar todos os vestígios de desigualdade e assim paternalizar e infantilizar os seus cidadãos.

O capítulo 7 apresenta outro destaque do livro: baseado em uma leitura simpática da extraordinária *Política* III.11 de Aristóteles em um artigo mais detalhado (OBER, 2013), Ober mostra como o *demos*, nas condições da escala e complexidade do governo moderno, pode e deve delegar autoridade e poder revogá-la. Este último é crucial para evitar a tirania através da captura pela elite. A certa altura, parece que pode ser suficiente que os cidadãos tenham uma opção constitucional existente de iniciar e promulgar um referendo legislativo, mas há também indicações de uma necessidade de outras formas de participação deliberativa. Uma ideia particularmente frutífera é que a democracia direta pode atuar como uma restrição à dimensão e complexidade do governo e que uma cidadania vigilante deve recompensar os representantes que patrocinam a legislação elegantemente concebida para atingir fins públicos da forma mais simples possível, punindo ao mesmo tempo propostas políticas desnecessariamente complexas. De qualquer forma, Ober considera a decisão política democrática um esforço genuinamente epistémico, destinado a descobrir e depois implementar as melhores respostas disponíveis para questões de interesse adequadamente partilhado.

Os Capítulos 8 e epílogo à obra discutem o tipo ideal proposto de democracia básica de *Demopolis* em relação a uma teoria liberal moderna de governo, a sua existência real hoje. Nesta fase do livro, torna-se óbvio que isto não só “não é facilmente realizado na prática” (p. 159), mas

simplesmente não existe nenhuma realização moderna efetiva disso; portanto, falta o elemento de ouro da prova apresentado de forma otimista ao longo do livro. Isto revelaria um fracasso ao tornar o seu “projeto relativamente desinteressante” (p. 164) como uma opção meramente teórica? Os exemplos apresentados na página 160 não resolvem a situação. Da mesma maneira, os dois exemplos históricos mais sérios e potencialmente perfeitos, sugeridos várias vezes no livro, “Nós, o povo” de 1787 e O Discurso de Gettysburg de 1863, também não a melhoram. Existem agora provas contundentes de que os autores e o seu produto eram, em grande medida, céticos precisamente em relação ao tipo de democracia apresentado por Ober; James Madison foi um defensor de “filtragens sucessivas” da democracia por meio da representação e da experiência. E o Discurso de Abraham Lincoln, referindo-se a 1776 “e a uma nova nação, concebida na Liberdade, e dedicada à proposição de que todos os homens são criados iguais”, está perfeitamente interligado com o liberalismo clássico e os seus valores. Além disso, Lincoln estava na mesma situação de dúvida e incerteza: “testando se aquela nação...” e invocando literalmente que esta nação “terá um novo nascimento de liberdade – e que o governo do povo, pelo povo, para o povo, jamais desapareça da face da Terra”.

As lições do livro não são insignificantes, longe disso: ensinam aos democratas que não podem prescindir de uma superestrutura liberal de pesos e contrapesos, direitos humanos, neutralidade religiosa etc. Mas também ensinam aos liberais que não podem prescindir da democracia básica e de uma séria reconsideração da mesma, como Hans Kelsen, um democrata e teórico da democracia ao longo da vida (KELSEN, 1955), defendeu vigorosamente.

Na teoria democrática, *Demopolis* é uma resposta oportuna e substancial aos críticos realistas da democracia, que vão desde o sutil Tucídides, passando pelo argumento sarcástico e letal de Hobbes (1996), que traduziu com precisão este último, até ao epistocrata programático Jason Brennan (2016) e outros do tipo. Notavelmente, no que diz respeito à prática viva da democracia, Ober não fornece o menor elemento de justificação para políticas e governos populistas, segregadores e imperialistas, mesmo que eles (falsamente) afirmem falar em nome do “povo” ou a sua versão distorcida de “democracia”. Entre outros méritos, a sua *Demopolis* é um forte antídoto para tais impulsos, tanto no país como no estrangeiro.

Referências

- BRENNAN, J. *Against Democracy*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2016.
- HOBBS, T. *Leviathan*. Revised Student Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KELSEN, H. Foundations of Democracy. *Ethics. An International Journal of Social, Political, and Legal Philosophy*. v. LXVI. n. 1, 1955, p. 1-101.
- OBER, J. Democracy's Wisdom. *American Political Science Review*. v. 107. n. 1, p. 104-122, 2013.
- OBER, J. *Demopolis*. Democracy Before Liberalism in Theory and Practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- OBER, J. *Political Dissent in Democratic Athens: Intellectual Critics of Popular Rule*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 1998.
- OBER, J. *The Rise and Fall of Classical Greece*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2015.

Sobre o resenhista

Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sald

Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará - UFC. Atua na linha de pesquisa Ética e Filosofia Política.

Recebido em: 16/11/2024
Aprovado em: 16/12/2024

Received in: 11/16/2024
Approved in: 12/16/2024